



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

ROBERTO VIEIRA DE ASSIS FERREIRA

A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA GUERRA DAS
MALVINAS: RELAÇÕES BILATERAIS, DESDOBRAMENTOS
POLÍTICOS DO CONFLITO E AS ELEIÇÕES GERAIS DO REINO
UNIDO EM 1983.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas
da Universidade de Brasília para obtenção do grau de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Brasília
2017

ROBERTO VIEIRA DE ASSIS FERREIRA

A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA GUERRA DAS
MALVINAS: RELAÇÕES BILATERAIS, DESDOBRAMENTOS
POLÍTICOS DO CONFLITO E AS ELEIÇÕES GERAIS DO REINO
UNIDO EM 1983.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciado em História, e aprovado em forma final pelo Instituto de Ciências Humanas do Departamento de História.

Brasília, 13 de dezembro de 2017.

Professor Dr. Kelerson Semerene Costa
Coordenador de Graduação - Noturno

Banca Examinadora:

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Departamento de História
Universidade de Brasília

Professor Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueurol
Departamento de História
Universidade de Brasília

Professor Dr. Mateus Gamba Torres
Departamento de História
Universidade de Brasília

Brasília
2017

Este trabalho é dedicado à minha bondosa mãe e ao meu saudosos pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo fôlego de vida, pelas dádivas alcançadas cotidianamente e pela alegria de ter me concedido um sentido para a vida.

Agradeço a Silvana, minha amada esposa, por toda a paciência e amor a mim dispensados. E indispensáveis para a busca de meus objetivos, pois são o norte de minha existência.

Agradeço a Eric e a Davi, meus filhos benditos e presentes de Deus. Os motivos que tenho para buscar incessantemente ser alguém digno do amor que me dedicam.

Agradeço às minhas irmãs, que mesmo longe, me guardam em seus corações e que me levam em suas preces.

Agradeço a colegas e amigos, de longe e de perto. Meus afetos e lugares fortes que me acompanham e me trazem de volta quando “as muitas letras me fazem delirar”.

Agradeço a meu caro orientador, professor Carlos Eduardo Vidigal, por sua presteza, justiça, preciosas correções e aconselhamentos. Sua condução neste trabalho foi fundamental para meu crescimento.

Agradeço a banca composta, que me honra com vossa presença e que abrilhanta esse momento ímpar de minha vida.

Foi uma longa caminhada até aqui. Poucos sabem o quanto caminhei, mas todos que agora me assistem são mais que coparticipantes dessa trajetória; minha glória e coroa. Sinto-me devedor de cada um de vós.

“ A Guerra é a continuação da política por outros meios.”
(Carl Von Clausewitz)

RESUMO

Novas abordagens e perspectivas sobre a Guerra das Malvinas podem ser pertinentes para a compreensão do pensamento e ação dos atores envolvidos. Este trabalho apresentou uma análise de fontes primárias, entendidas como documentação diplomática procedente do Ministério das Relações Exteriores no período de 1980 a 1982, para apreciar o pensamento diplomático brasileiro relacionado ao conflito e partes envolvidas, avaliando possíveis relações de interesse do Brasil, pensamento político e discurso adotado diante das situações diplomáticas apresentadas nas fontes. Observando que as demandas da guerra exigiram grande atuação política do Brasil, buscou-se entender se houve disparidades entre a atuação diplomática brasileira em tempos de paz, da atuação verificada no contexto da elevação das tensões por ocasião da guerra. A partir desse exame, intencionou-se chegar às pertinências que revelaram se a diplomacia brasileira manteve no campo de interesse nas relações nacionais e internacionais, mapeamentos ou acompanhamentos dos eventos em curso, e mantidas suas próprias percepções de política, sociedade, cultura, economia e temas caros ao interesse nacional na busca da construção de uma doutrina histórica consolidada, quais elementos presentes nas eleições do Reino Unido em 1983 foram alvo desses interesses.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas. Pensamento diplomático brasileiro. Relações Internacionais.

ABSTRACT

New approaches and perspectives on the Malvinas War may be pertinent to understanding the thinking and action of the actors involved. This work presents an analysis of primary sources, understood as diplomatic documentation from the Ministry of Foreign Affairs from 1980 to 1982, to appreciate the Brazilian diplomatic thinking related to the conflict and parties involved, evaluating possible relations of interest of Brazil, political and discourse adopted in the sources. Noting that the demands of the war demanded great political action from Brazil, it was sought to understand if there were disparities between the Brazilian diplomatic activity in times of peace, of the action verified in the context of the rise of tensions during the war. From this examination, it was intended to reach the pertinence that revealed whether Brazilian diplomacy maintained in the field of interest in national and international relations, mapping or follow-up of current events, and maintained its own perceptions of politics, society, culture, economy and issues dear to the national interest in the search for the construction of a consolidated historical doctrine, what elements present in the elections of the United Kingdom in 1983 were subject of these interests.

Keywords: Malvinas War. Brazilian diplomatic thinking. International relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

EUA – Estados Unidos da América

HMS – Her Majesty's Ship (Em português – Navio de Sua Majestade)

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização para o Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA GUERRA DAS MALVINAS: RELAÇÕES BILATERAIS, DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO CONFLITO E AS ELEIÇÕES GERAIS DO REINO UNIDO EM 1983.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - A causa histórica da luta pela soberania das Malvinas, Galtieri e a falência da ditadura militar	11
1.1 - Breve contexto histórico	11
1.2 - A tomada do poder pela Ditadura Militar	12
1.3 - As Malvinas como elemento de unidade nacional	14
CAPÍTULO 2 - O Imperialismo britânico e sua manutenção na questão Malvinas	22
2.1 - A atuação do parlamento	22
2.2 – O petróleo e interesses econômicos do Reino Unido	25
2.3 – Ações de inteligência e a condução da mídia	26
CAPÍTULO 3 - O desfecho do conflito. O Brasil e sua atuação no campo diplomático	27
3.1 – O pensamento diplomático brasileiro acerca das partes envolvidas no conflito	27
3.2 – A atuação após o início das hostilidades	30
3.3 – O pós-guerra e as eleições de 1983	32
CONCLUSÃO	33
FONTES	37
BIBLIOGRAFIA	38

INTRODUÇÃO

A Guerra das Malvinas (ou Falklands para os britânicos), foi um grande acontecimento na história recente de Argentina e Reino Unido e da própria América Latina. Denominada como a 1ª guerra do século XXI, teve como particularidade se tratar de um conflito no continente americano, envolvendo um país europeu, situando-os em um complexo jogo político de alianças e acordos que aproximavam e afastavam aliados internos e externos conforme interesses, sob a influência da bipolarização da Guerra Fria.

O presente trabalho propôs apresentar elementos que evidenciassem a atuação da diplomacia brasileira durante a Guerra das Malvinas, demonstrando como o posicionamento diplomático dialogou com as questões históricas de sua atuação, perpassando suas relações bilaterais em curso com os países em disputa, considerando que esse conflito foi, sob certo olhar, determinante tanto para a queda da ditadura argentina de Leopoldo Galtieri, quanto para a reeleição de Margareth Thatcher no Reino Unido em 1983. Propôs para o alcance desse propósito a análise de fontes primárias, aqui entendidas como documentação diplomática do Ministério das Relações Exteriores, no período de setembro a dezembro de 1980 e de fevereiro a dezembro de 1982, associadas à pesquisa bibliográfica. A escolha recaiu nesse objeto de estudo pela possibilidade do alcance de novas perspectivas de abordagens e análises, tanto porque a Guerra foi uma disputa pela soberania de um território – mantendo relações históricas de aproximação com temáticas atuais como o colonialismo e o imperialismo – quanto por questões relacionadas ao potencial energético da região, matéria que foi e é atualmente cara a ambos países, assim como a outros atores envolvidos no estudo. A relevância do presente esforço também se justificou pela busca de elementos que sinalizassem porque, enquanto a ditadura argentina se arruinava, Margareth Thatcher venceu as eleições, com menos votos do que os alcançados na eleição anterior, todavia com maior apoio.

Ao trazer ao centro da análise a questão da Inglaterra e sua política bipartidarista, observou-se que a situação política do primeiro governo de Margaret Thatcher era desfavorável ao engajamento em um conflito, porque no período enfrentava grande oposição do partido trabalhista e sofria com o esvaziamento do apoio em sua própria base conservadora (COGGIOLA, 2014). ARENDT (1989), quando

observou “a atitude do partido em relação ao poder, entre a função do partido dentro do corpo político e a posição do cidadão dentro do Estado”, nos concedeu indicativos para entendermos como Thatcher conseguiu o apoio político necessário dentro do parlamento britânico para o esforço de guerra, ainda que possuísse antecedentes improváveis de demonstração de apoio e conversão de forças políticas e econômicas para a causa das Malvinas. PANEBIANCO (apud AMARAL, 2013) considerou que sistemas e partidos políticos, em seus esforços de institucionalização, transitavam de um sistema de solidariedade, onde a ideologia era manifesta, para um sistema de interesses, onde sobressaíam interesses seletivos, variando conforme a capacidade de controlar os recursos necessários para o seu funcionamento e a coerência estrutural interna. Ambas tipologias apontavam para tomadas de decisões de cunho popular.

Para alcançar os objetivos almejados nesse estudo, adotou-se a metodologia do estudo da História pelo prisma político, das peculiaridades e circunstâncias temporais que influenciaram o processo histórico, onde se buscou revelar os interesses das partes e encontrar os discursos que sustentaram suas práticas, bem como se buscou inter-relacionar as contingências históricas. No Capítulo 1, identificaram-se as relevâncias dentro do contexto Argentino, considerando a perspectiva história do domínio das Malvinas e seus desdobramentos no âmbito internacional, onde diversos instrumentos internacionais indicavam a necessidade imperiosa da solução negociada. No Capítulo 2, estudaram-se algumas relações de disputa política no parlamento britânico por ocasião do início dos conflitos, assim como o interesse britânico no potencial energético das ilhas. Nesse contexto, apresentaram-se as conjunturas políticas internas e externas para a consecução da solução militar. Em ambos os capítulos, esperou-se revelar os interesses que moveram os países em suas respectivas ações implícita ou explicitamente registradas nos documentos gerados nos órgãos da diplomacia brasileira, assim como as relevâncias nas instâncias e órgãos internacionais. No Capítulo 3, estudou-se como os atores envolvidos se posicionaram, de acordo com os registros da diplomacia brasileira e que decisões foram relevantes para a destacada atuação brasileira no conflito.

CAPÍTULO 1. A CAUSA HISTÓRICA DA LUTA PELA SOBERANIA DAS MALVINAS, GALTIERI E A FALÊNCIA DA DITADURA MILITAR

1.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Constituída por duas ilhas maiores e cerca de 700 ilhas menores, o arquipélago das Malvinas foi alvo de sucessivas disputas territoriais desde 1740. A partir de então França, Espanha, Argentina e Inglaterra se sucederam até culminar, em 1833 com a ocupação britânica. Todavia, a Argentina ligada ao princípio da herdade em decorrência de sua independência dos espanhóis, luta pelo reconhecimento de seu direito de posse e soberania das ilhas.

Em 1965 houve uma pequena vitória argentina, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução nº 2.065, reconhecendo uma disputa de soberania com o Reino Unido sobre as ilhas e classificando essa disputa nos termos da resolução nº 1.514 de 1960 (Declaração da Independência dos Países e Povos Coloniais), que concitava aos países em disputa buscar a solução pacífica dos conflitos, por meio da manifestação dos interesses dos habitantes das ilhas para a resolução do impasse. Em algumas oportunidades houve inícios de tratativas negociais, mas nunca se chegou a uma solução pacífica nesse sentido. No entanto, esses impasses não impediram a Argentina de sempre se manifestar como solicitante da soberania desse território em assembleias, reuniões e eventos multilaterais onde possuía voz (BERNAL, 2011:19-22).

É importante salientar que a Grã-Bretanha jamais tivera posse do território malvinense anteriormente a 1833. As ilhas foram descobertas por navegantes espanhóis em 1749, com o governo espanhol mantendo diversas administrações até 1811. Em 1823 a Argentina tomou posse das ilhas e assinou tratados, inclusive com a Grã-Bretanha, todavia foram expulsos em 1833.

BERNAL (2011) demonstrou ainda que a despeito da resolução nº 2065 e das tratativas em andamento observou-se, principalmente a partir da década de 1970 que a especulação sobre petróleo nas ilhas desencadeou uma deterioração nas relações bilaterais com os ingleses. O autor demonstrou que os interesses da coroa britânica responderam a um lobby malvinense em Londres operado pela Falklands Islands Company, que manteve e reforçou o colonialismo do Reino Unido nas ilhas. A partir desse momento as negociações sobre a transferência da soberania das ilhas estagnaram, em parte pela falta de consenso dos termos, em parte por decorrências do choque do

petróleo da década de 1970. Já com Margareth Thatcher no posto de primeira-ministra, o Reino Unido experimentou uma política de austeridade fiscal como anunciado na campanha que levou seu partido à vitória nas eleições gerais de 1979. Colocada em prática essa política orçamentária de restrições, Thatcher iniciou sua administração de duras negociações e crises com sindicatos, o que lhe rendeu o título de “Dama de Ferro”. Segundo BERNAL (2011), na questão Malvinas existiu o interesse de se obter lucro na transferência da soberania, o que era inexequível dentro da política argentina. Por meio das recentes decisões da ONU à época, a descolonização dos territórios ocupados oferecia uma possibilidade concreta de negociação em termos mais acessíveis e sem a relação de lucro esperada dos britânicos. Para MENÉNDEZ (1998), a persistência argentina se justificou pela não aceitação do território ocupado ilegítimamente e porque a chefia da chancelaria britânica era exercida por trabalhistas, em tese mais conciliatórios que os duros conservadores.

1.2 A TOMADA DO PODER PELA DITADURA MILITAR

Com a crise do petróleo de 1973, a Argentina vivenciou um complexo período de crise durante o terceiro governo peronista (1973-1976). Com a intensificação da crise política alcançando a economia e as instituições, após insatisfações do operariado, muitas greves e sucessivas trocas presidenciais, os militares organizaram a tomada do poder, sob o pretexto de debelar a crise instalada e reorganizar o país (COGGIOLA, 2014). Efetivamente, a reorganização nacional anunciada consistiu mais na eliminação física dos oponentes do regime, com o apoio dos EUA, do que de quaisquer medidas relevantes nas áreas de atuação do governo. O plano econômico do governo impôs severa restrição monetária, tabela fixa de câmbio e eliminação de tarifas aduaneiras, levando a pequena indústria à falência. A partir disso a concentração econômica se situou nos setores do grande capital nacional, piorando muito as condições de vida dos assalariados. Aumento do desemprego, descontrole da inflação e escalada da dívida externa também são marcas da política econômica do período (COGGIOLA, 2014).

COGGIOLA (2014) também indicou que a ditadura argentina ampliou seus objetivos iniciais de combate à subversão em perseguição política. Toda a oposição ao regime sofreu retaliações. Estudantes, políticos, jornalistas e ideólogos em geral foram alvo de intensa repressão do regime militar. Evidentemente, o desgaste do regime aumentou à medida que a Igreja e setores organizados da sociedade envidaram esforços

para denunciar os abusos e atrocidades cometidas. O apoio tardio da burguesia argentina a esses movimentos sinalizou para o regime militar a necessidade de um grande acordo nacional. Os planos econômicos e sociais do governo militar tentaram reestruturar e organizar, sem sucesso, a situação do país. O estancamento do processo crônico de crise econômica, social e política, a despeito das muitas medidas tomadas, levaram ao agravamento das condições de vida e a uma recessão profunda. O esgotamento da proposta militar como balizadora, e o retrocesso experimentado por essas políticas governamentais ocasionou a consolidação de uma oposição partidária real, embora pouco contundente, em 1981. Nesse mesmo período, ocorreram mais greves e a reorganização do movimento sindical. A manifestação das mães da Praça de Maio, a crescente busca por desaparecidos do regime, são eventos que demonstraram que o governo já não possuía a força necessária ou mesmo o controle dos meios de comunicação e das massas. As manifestações e a paralisação de 30 de março de 1982, como exemplo, exigiram a queda do governo militar.

GUGLIALMELLI (1982) ressaltou que o processo de reorganização nacional durante o período militar esteve consideravelmente prejudicado, em especial na administração de Galtieri. A subordinação aos interesses das multinacionais destoou de uma lógica nacionalista que se esperava de um governo militar. O incremento do modelo agroexportador beneficiou correntes internas que defendiam a manutenção do modelo, mas não se concretizou em crescimento econômico. Ao contrário, houve o agravamento da crise econômica, com quebras e ociosidades na indústria e na capacidade produtiva, elevando o endividamento externo. No âmbito social, a despeito de certo êxito na luta contra a subversão, o movimento operário esteve diante de uma ofensiva que foi além da atividade operária em si, perpassando a representação e a atividade política, em uma escalada de violência e repressão estatal. Acrescentaram-se a esses fatores o controle da mídia e meios de comunicação por parte do regime militar como elementos de insatisfação da opinião pública e de setores que buscavam se organizar, como o movimento sindical e partidos políticos.

A situação da Argentina, em 1982, comparada com o início do regime militar, era de estagnação do PIB. Desde 1976 uma exorbitante dívida externa era motivo de preocupação, a circulação de moeda estava 244 vezes mais alta que o nível verificado em 1976. Tais indicadores eram características de uma catástrofe econômica, segundo o autor. A certeza da má condução da administração militar veio com o pós-guerra como

o ingrediente que faltava para a completa tomada de consciência por parte de setores da sociedade, insatisfeitos com o esgotamento do regime militar.

1.3 – AS MALVINAS COMO ELEMENTO DE UNIÃO NACIONAL

O exame de documentação diplomática do Ministério das Relações Exteriores revelou que desde o início de 1982 o plano de ocupação militar das Malvinas estava em andamento, levando em consideração que os objetivos estratégicos dos militares sinalizavam que a conquista do apoio popular era ação a ser empreendida para a consecução de seus planos de reconquista das ilhas. Todavia esse plano de ocupação necessitava da presença de um inimigo externo para forjar uma união nacional. COGGIOLA (2014) e BERNAL (2011) destacam que o regime militar não considerou sua baixa popularidade e esgotamento político como potenciais riscos para o fracasso da operação. Acreditava que o clamor popular por uma reivindicação histórica seria um fator concatenador de esforços e superaria os embates internos e as crises suscitadas.

GUGLIALMELLI (1982) mencionou um incidente como fator desencadeante do conflito em si. Após a sexta rodada de negociações se mostrar infrutífera, em fevereiro de 1982, diante da pouca objetividade britânica em negociar, houve o desembarque de trabalhadores argentinos sem permissão das autoridades inglesas em Port Leigh, nas ilhas Georgia del Sur, pertencentes ao arquipélago. O autor sustentou que a ação dos argentinos não possuiu o caráter de provocação. A diplomacia brasileira manteve posicionamento distinto, atribuindo ao incidente intenções pré-determinadas visando causar comoção tanto na Argentina quanto na comunidade internacional. Defenderam os argentinos que o incidente teria sido superestimado pela administração britânica nas ilhas, que agiram no sentido de infringir danos aos trabalhadores argentinos. A administração intencionou a expulsão dos trabalhadores mediante o uso da força, não sem antes mantê-los presos em condições que obviamente foram condenadas pelos argentinos.

A partir dos acontecimentos de Port Leigh, a Argentina antecipou os preparativos para a ocupação, inicialmente planejada em dezembro para a noite de 2 de abril de 1982. GUGLIALMELLI (1982) e COGGIOLA (2014) consideraram que a junta militar entendeu que a chegada do inverno seria um trunfo nessa ocupação, assim como a dificuldade logística para o envio e manutenção das tropas inglesas a 15.000 km de Londres. Os militares acreditaram que a política econômica de Thatcher, que diminuiu

consideravelmente o orçamento destinado aos territórios ultramarinos (atingindo sensivelmente a Marinha) e a malsucedida sexta rodada de negociações seriam pontos favoráveis, em contraponto a um oneroso esforço orçamentário em uma possível intenção de intervenção militar britânica nas ilhas. O sucesso inicial da operação de retomada militar deu fôlego renovado aos militares argentinos. Aqui convém ressaltar que os planos de ocupação militar não eram sigilosos a ponto de estarem ocultos aos britânicos, todavia eles não consideraram a hipótese de invasão argentina uma ameaça real.

Com a notícia da reconquista das Malvinas, houve muitas manifestações populares em toda Argentina, o que pareceu coadunar com as intenções militares de reaverem seu prestígio junto à opinião pública. O fato foi amplamente noticiado pela mídia em geral. O orgulho militar pareceu contagiar a sociedade. No entanto, o apoio inicial da população argentina se revelou diversificado e heterogêneo, possibilitando por exemplo, ao mesmo grupo das mães da Praça de Maio que apoiaram a retomada das ilhas vaiarem Galtieri em um discurso dias depois do feito, quando ele tentou se apropriar do sentimento de vitória do povo para legitimar seu governo. Esse apoio condicional também foi demonstrado pelo movimento operário e por outras frentes organizadas, o que revelou a fragilidade do discurso de unidade nacional propagado pelos meios oficiais de comunicação. Sustentou COGGIOLA (2014) que

A aparente neutralidade benevolente dos Estados Unidos gerou otimismo que não se traduziram efetivamente em conquistas, mas deixaram expostos àqueles que se apropriaram desse discurso. As ambiguidades foram tais que a mesma ditadura que era combatida por movimentos como arbitrária, também recebia adjetivações de vanguardista na busca de reparações históricas. (COGGIOLA, 2014)

Em que pese a sobrevida que a retomada das ilhas concedeu ao regime militar, a propaganda estatal oportunizou ao mesmo tempo a gestação de um movimento de redemocratização mais urgente e atuante, ainda sem atividade significativa no parlamento argentino¹, mas que se tornou mais forte logo após o término do conflito. Nesse sentido, COGGIOLA (2014) considerou que

¹ Com a cassação dos mandatos parlamentares e a perseguição aos inimigos do regime militar, a ditadura argentina fechou o parlamento. A criação da Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), diretamente subordinada à Junta Militar, mas com pouca atuação efetiva, foi organizada para a atuação política dos parlamentares que não foram perseguidos ou cassados. Também houve pouca atuação política de ex-parlamentares junto aos intendentess nomeados pelo regime nas províncias. (Artículo 3.2.1. del

Os fatos abundantemente documentados bastam para demolir a interpretação vulgar de que foi a derrota na Guerra das Malvinas que propiciou a queda da Ditadura Militar. Quando a solução do conflito se revelou impraticável, a ditadura militar passou a ser um morto vivo internacional e nacionalmente a despeito das aparências em contrário. O protesto de cerca de quase 10 mil pessoas em frente à Praça de Maio após a rendição onde chamaram Galtieri de traidor devido ao engano dos meios de comunicação, sinalizava a inviabilidade política do regime ditatorial. (COGGIOLA (2014) apud YOFRE).

O autor salientou a presença de um estudo posterior à queda do regime militar que qualificou a campanha argentina como uma "aventura militar" e recomendou punições severas aos envolvidos, incluindo a pena de morte para o Chefe da Junta Militar, Leopoldo Galtieri.

Um elemento determinante para o destino do conflito foi o posicionamento dos EUA. Para os argentinos, a parceria construída com os norte-americanos na formação dos oficiais de suas forças armadas, bem como a presença de ambos como signatários do TIAR, eram indicadores de um interesse maior que visava à integração regional e mesmo, continental. Inferiram dessa parceria que seriam aliados desde a luta contra o comunismo até outras frentes, como por exemplo em um enfrentamento a um imperialismo britânico na região. Já para a Inglaterra o apoio de seu mais tradicional aliado, inclusive nos interesses junto a OTAN, era fundamental para a defesa de seus interesses nas ilhas. O que aconteceu efetivamente foi que diante da possibilidade de um conflito real, os EUA anunciaram que apoiariam a Inglaterra em caso de ação de força da Argentina, o que se cumpriu ao romper dos primeiros embates nas ilhas. No entanto, Ronald Reagan anunciou que os Estados Unidos eram amigos de ambos países, concitando-os a solução por via diplomática. No entanto, tentou convencer Thatcher a calcular o real valor de um conflito, enviando à Londres seu secretário de estado, Alexander Haig, a uma negociação no sentido de demover as partes da solução bélica (COGGIOLA (2014), 2014). No tocante à Argentina, quase não houve progresso, tamanha a crença de que haveria um desfecho favorável. Diante de uma Thatcher que se mostrou resistente em abrir mão dos interesses britânicos nas ilhas, Reagan hesitou até o final de abril para declarar apoio à Grã-Bretanha. As fontes primárias mostraram o trabalho das autoridades norte-americanas diante da possibilidade de discussão no âmbito político sobre um eventual desrespeito ao Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca e seus esforços para sustentarem a posição que declararam. Houve também o apoio do Chile à causa inglesa, em muito por conta do imbróglio do canal de Beagle.

Galtieri estava diante de um impasse criado pelo próprio regime. Ao chegar ao poder, em dezembro de 1981, dentro do processo de reorganização nacional, utilizou a causa histórica da luta pela soberania das Malvinas como parte do discurso, sem considerar que os riscos de uma solução militar nas ilhas poderiam trazer mais complicações para a condução das políticas interna e externa. Como fator contraposto e de interesse comum aos ingleses, existia a questão especulativa da produção e exploração de hidrocarbonetos (BERNAL, 2011).

As lições trazidas por BERNAL (2011) E COGGIOLA (2014) nos levaram a reflexões sobre como um território ou uma causa histórica podem ser instrumentalizados como fator agregador que concite um povo a uma unidade ou a um ideal. As reações do povo argentino foram diversificadas, e as efusivas comemorações por ocasião da notícia de conquista das ilhas não foram fatores diversionistas para as reais intenções dos coletivos sociais envolvidos em lutas internas. A intencionada unidade existiu enquanto houve a possibilidade de vitória diante de um inimigo comum. Ao cair a farsa da narrativa imposta por veículos controlados pelo governo militar, irromperam protestos ainda mais violentos contra o governo. Outro ponto a se refletir aponta para a integração Sul-americana ou mesmo continental. O apoio negado dos Estados Unidos, a possibilidade de desrespeito ao TIAR e atitudes como a do Chile, em franco apoio à Inglaterra, se mostraram grandes entraves que obstaculizaram a integração e o fortalecimento geopolítico no continente americano.

Ainda outro elemento a ser considerado no âmbito internacional foram as excelentes relações que a Argentina mantinha com alguns vizinhos, notadamente na aproximação com o Brasil e os acordos de cooperação tecnológica, concomitantes com a superação negociada da questão Itaipu, além de transitar em bons entendimentos com o bloco soviético nas relações comerciais e com os Estados Unidos, enquanto parceiros no interesse militar e comercial. Existiam tensões dos argentinos acerca de questões de fronteira com o Chile e com o Paraguai e tensões com o México, mas que não era questões de preocupação diante da campanha nas Malvinas.

As fontes primárias, assim como COGGIOLA (2014) destacam a importância dos acontecimentos no âmbito diplomático. O Peru teve iniciativas de consulta aos governos

da Argentina e dos EUA efetivando propostas que visaram tanto a retirada imediata das tropas como o cessar das hostilidades. Nessa oportunidade, colocou-se como um potencial mediador do conflito, reiterando o respeito pelo pleito de ambas as partes. Propunha também a participação de uma equipe mista para a administração das ilhas com vistas a resolução plena do problema. A equipe que administraria as ilhas deveria possuir representantes de vários países, além dos envolvidos no conflito. As propostas não obtiveram a resposta esperada entre as partes e a mediação não ocorreu conforme planejado pelo Peru. Os EUA conseguiram avançar um pouco mais na questão com o envio de Haig a Buenos Aires, embora a Inglaterra se mantivesse firme em sua posição oficial de responder às ações dos argentinos. A aceitação dos termos de negociação esbarrou na exigência do reconhecimento inglês da soberania argentina sobre as ilhas, algo fora das possibilidades naquele momento.

Com a impossibilidade das negociações, seguiu-se o conflito com as primeiras batalhas e baixas. A Guerra das Malvinas possuiu a especificidade de não ter havido nenhuma declaração formal de guerra, mesmo após iniciadas as hostilidades e combates.

No âmbito militar, a bibliografia estudada foi unânime em apontar que medidas improvisadas e falta de planejamento estratégico foram marcas das ações empreendidas pelos argentinos na campanha. A falta de infraestrutura e as condições precárias dos recursos colocados à disposição dos soldados não foram óbices para demonstrarem valentia e coragem diante dos ingleses. No entanto, a despeito da ação notadamente decisiva dos militares da aviação, o sentimento de pertencimento a um ideal e em nome de uma causa histórica não foram suficientes para leva-los à vitória.

A ausência de contramedidas e a logística ineficiente foram elementos que se não determinantes, concorreram para o insucesso da campanha argentina. Não providenciar o aprontamento do aeroporto nas ilhas (renomeado de Port Stanley para Puerto Argentino), que possibilitaria a operação da aviação a partir das ilhas e não a partir do continente, em um avanço de 700 quilômetros e projetados por muitos outros milhares para um convencional figurativo inimigo, revelou-se um preço alto a ser pago pela inépcia da Junta Militar. Logo que alcançaram as ilhas, os britânicos encarregaram-se de inviabilizar esse posto avançado, bombardeando o aeroporto e as pistas como alvos prioritários na primeira fase da contraofensiva. Parte desse imprevisto argentino pode ser

observado no plano inicial da retomada das ilhas estar previsto para ocorrer com maiores possibilidades de êxito em dezembro de 1982. A antecipação da data não coincidiu com os preparativos logísticos necessários. O diferencial armamentista, o míssil de fabricação francesa Exocet possuía uma entrega prevista de mais 20 unidades para o mês de maio. A pesquisa revelou que ao início dos combates havia apenas 5 unidades. O envio de tropas recém incorporadas e mal treinadas, a falta de coordenação entre os Comandos de Força e a ausência de uma atuação consistente dos Chefes e a descrença inicial de um engajamento dos ingleses também foram parte desse despreparo.

Por outro lado, o conhecimento das políticas britânicas de diminuição do orçamento militar e de defesa, assim como a venda de meios navais, possivelmente foi um entendimento superestimado para o não planejamento de uma resistência em uma campanha mais longa. Para a dimensão da importância desse aspecto, o porta-aviões utilizado na campanha (HMS Hermes) e outras unidades navais em processo de alienação que foi interrompido para a campanha, foram importantíssimos para a vitória britânica. É possível dentro dessa argumentação inferir que a centralização dos dados e decisões no âmbito da Junta Militar foi um fator que colocou em risco toda a operação argentina. Foi grave que quase a totalidade das medidas adotadas foram reativas às ações britânicas.

A bibliografia estudada revelou que os órgãos de assessoramento e direção superiores, assim como os Estados-Maiores, não exerceram o protagonismo esperado. GUGLIAMELLI (1982) apontou que a direção política superior falhou em pontos que foram determinantes para a derrota militar. O entendimento em COGGIOLA (2014) nesse sentido se concentrou sobre a superestima do possível apoio norte-americano e o eventual desinteresse britânico, uma vez tomadas as ilhas. BERNAL (2011) se deteve na análise da importância dos recursos naturais como fatores de interesses nas ilhas, notadamente hidrocarbonetos, incluídos leito e solo submarino, e acrescentou a importância estratégica da projeção de direitos futuros sobre o continente antártico como elementos que fortaleceriam a Argentina interna e externamente.

Com o fim do conflito e a derrota argentina, a indignação popular foi refreada por um acordo costurado pelo sucessor de Galtieri, Reynaldo Bignone, o qual contou com a participação de setores da Igreja Católica no papel de mediadora. Havia também a

discreta presença de um movimento operário sem lideranças expressivas assim como partidos políticos em reorganização, sendo previstas novas eleições presidenciais para outubro de 1983.

COGGIOLA (2014) afirmou a que onda de redemocratização na América Latina teve correlação com as experiências norte-americanas das derrotas do Vietnã e do sudeste asiático (1972-1975). Por este modelo proposto, os EUA influenciaram processos que intentaram brevar a ascensão de movimentos operários nos países em crise, resultando em uma inédita aliança na Argentina, das burguesias nacionais com o capital financeiro internacional advindo da recolonização econômica do segundo pós-guerra, que resultou em uma acentuada escalada da dívida externa latino-americana, assim como na subordinação cada vez mais explícita, da burocracia russa e de sua política mundial ao bloco capitalista.

O pensamento da diplomacia brasileira apontava para outra direção. Documento de 18 de setembro de 1980 informou que

A instabilidade é traço estrutural na região centro-americana e suas raízes são sistêmicas: pobreza, superpopulação, formas oligárquicas de governo, precariedade dos aparatos institucionais, etc. os fenômenos de transformação obedecem a dinâmica própria; não induzidos do exterior. A presença externa é marcante em todos os movimentos de transformação, mas têm significação limitada. (Documento nº 104 de 04/09/1980)

O mesmo documento amenizou a participação dos EUA nos conflitos na área e revelou interesses futuros de cooperação entre os americanos e países envolvidos na reorganização desses países.

A presença ocidental, especialmente na Nicarágua e em El Salvador, ainda é forte. É importante que seja mantida, na medida em que constituir uma base estratégica para moderar o radicalismo e a implantação de regimes ideológicos. Nossas possibilidades são limitadas no momento. Acreditamos, porém que é importante (...) (ii) colaborar com os países mais diretamente envolvidos no encaminhamento das questões regionais dentro de nossas possibilidades. (Documento nº 104 de 04/09/1980)

As fontes primárias revelaram que em agosto de 1980 uma resenha quinzenal sobre política externa partiu da embaixada brasileira em Buenos Aires, revelando que o tema política externa possuía bastante repercussão na mídia local. Nesse documento, o Chanceler da Nicarágua em Nova York fez acusações sobre a presença de membros do exército argentino em atividades paramilitares naquele país, em parceria e apoio dos EUA, logo desmentidas pelo Chanceler argentino e pelo próprio Galtieri em pronunciamentos distintos.

É mister inferirmos que, mesmo em se tratando de políticas norte-americanas na América Central, sua prática se assemelha ao estudo das ações aplicadas pelos EUA no conflito em tela. Para a sequência desse entendimento, COGGIOLA (2014) afirmou que as transições de regimes autoritários para democráticos continham fachada e ações constitucionais para instituições originadas e fortalecidas nas ditaduras militares, o que não impediu de maneira alguma o cumprimento de acordos e manutenção dos interesses dos EUA junto aos países com regimes em transição. Assim, os EUA costuraram saídas pactuadas entre os militares e os civis, com destacada atuação para as soluções jurídicas encontradas para tratar dos abusos cometidos por estes regimes.

2. O IMPERIALISMO BRITÂNICO E SUA MANUTENÇÃO NA QUESTÃO MALVINAS

O presente capítulo trata das relações de poder observadas no parlamento britânico e suas pertinências em um contexto imperialista, motivo pelo qual também foi dividido em três partes. A primeira buscou elementos que ajudassem a identificar uma linha de continuidade na prática política britânica e como essa política se desenvolveu durante a Guerra das Malvinas. A segunda considerou os aspectos do petróleo e a possibilidade de especulação e pesquisa na região, assim como os impactos desses interesses nas decisões políticas da Grã-Bretanha. A terceira parte demonstrou como o governo britânico induziu os meios de comunicação a noticiarem os fatos inerentes à questão do conflito em andamento, buscando a manipulação da opinião pública, diminuindo ou superestimando a importância de assuntos conforme interesses.

2.1 A ATUAÇÃO DO PARLAMENTO

ARENDT (1989) identificou duas formas de imperialismo europeu: a continental e a ultramarina, esta praticada pelo Reino Unido. Das características desse tipo de imperialismo, a autora mencionou grande dissonância entre os ritos e instituições experimentados na metrópole, que se mostraram autônomos, daqueles que se perceberam na vida colonial, que eram mantidos e incentivados para reforçarem questões de identidade nacional. Esse foi um dado relevante nesse trabalho, pois sustentou parte de nossa argumentação quanto à questão da autodeterminação dos habitantes das Malvinas. A autora afirmou que movimentos de separação e de revolta encontraram apoio comumente em países que utilizaram um sistema multipartidário, onde a ideia de alternância de poder é algo mais teórico que prático, e que ainda não foi completamente internalizado na prática política de uma identidade nacional. Na Grã-Bretanha bi partidarista, ocorreu o inverso, por meio da sucessão de governos que se alternaram no poder e coexistiram ora como situação, ora como oposição, mantendo atuação de certa anuência e mesmo um medido apoio no tocante às suas relações políticas no exercício do poder. A autora apontou que a Grã-Bretanha.

(...) não chegou a produzir um movimento de orientação fascista ou comunista de qualquer importância fora de seu sistema de partidos", bem como ..."o slogan "acima dos partidos", o apelo a "homens de todos os partidos" e a bazófia de se manterem "bem longe de lutas partidárias" e de representarem "somente um objetivo nacional" eram característicos de todos

os grupos imperialistas, parecendo consequência natural do seu interesse exclusivo em política externa, esfera em que a nação, de qualquer modo, devia agir como um todo, independente de classes e de partidos. (ARENDT, 1989)

A partir dessa análise, inferimos que a atuação do parlamento inglês teve um peso significativamente maior se o compararmos aos parlamentos de sistemas multipartidários ou mesmo aos de países como a Argentina, em que os direitos políticos encontravam-se cerceados e centrados nas mãos do regime militar. No caso inglês, a autora sustentou ser este o único país europeu em que o parlamento não foi desprezado na administração política do país. Essa estabilidade das instituições inglesas era preservada a qualquer preço, mesmo diante da alternância no poder entre trabalhistas e conservadores.

ARENDT (1989) quando fez considerações sobre a “atitude do partido em relação ao poder, entre a função do partido dentro do corpo político e a posição do cidadão dentro do Estado”, nos concedeu elementos capazes de nos levar a compreender como Thatcher conseguiu o apoio político necessário para o esforço de guerra, ainda que possuísse antecedentes improváveis de comprovação e conversão de forças políticas e econômicas para a causa das Malvinas. Afirmou a autora que em um

Sistema bipartidário, um partido sempre representa o governo e realmente governa o país, de sorte que, temporariamente, o partido no poder se identifica com o Estado (...). Como todos os partidos são planejados e organizados para governarem alternadamente, todos os setores da administração são planejados e organizados para essa alternância. E como o governo de cada partido é limitado no tempo, o partido da oposição exerce um controle cuja eficiência é fortalecida pela certeza de que governará amanhã. É a oposição (...) que garante a integridade do todo contra a ditadura unipartidária. (ARENDT, 1989)

Ao analisarmos a incoerência existente entre a política de restrições orçamentárias com contenção de gastos em curso na Grã-Bretanha e o grande esforço orçamentário e financeiro que é uma guerra, encontramos um potencial de uso político da guerra como discurso da oposição trabalhista. No entanto algumas ações se mostraram acertadas no sentido de concatenar esforços por uma causa.

A decisão de Thatcher de instituir um gabinete de emergência contendo um comitê de emergência e um comitê econômico atuando separadamente, e com núcleos atuando autonomamente junto ao parlamento, sinalizou maiores possibilidades de diálogos dos comitês com a base governista e a oposição, e mesmo possibilidades de ajustes entre estes (THATCHER, 1994). Para uma administração com índices de

aprovação e popularidade inicialmente baixos, descentralizar aspectos decisórios e de assessoria pareceu ser muito positivo ao término da guerra. Dadas as muitas possibilidades e elementos constitutivos desse conflito, os interesses do jogo político eventualmente seriam debatidos de maneira mais intensa e menos propensa ao consenso havendo uma total centralização das decisões, o que até então era marca característica daquela administração.

A questão econômica foi privilegiada desde a análise dos dados da guerra à projeção de gastos, possibilitando pouca resistência para mobilização da força-tarefa e dos meios que foram enviados para as Malvinas, simultaneamente às tratativas e negociações em andamento por outros setores do governo. Podemos citar também como acertadas a definição da zona de exclusão, assim como o respaldo das ações no teatro de operações de guerra, considerando-se inclusive o blefe como estratégia de combate. A rapidez de ação de um forte *lobby* político empreendido frente a organismos e instituições internacionais também deu a dimensão da unidade inglesa, incluindo-se nesses elementos o discurso da possibilidade de duração do conflito poder se estender, dando mostras da percepção britânica do conflito.

O papel crescente de Haig nas relações internacionais, enviado inicialmente como um conselheiro e amigo para posteriormente, se tornar um efetivo mediador, foi marcante no desfecho do conflito e nas relações entre os dois países, e em especial daí em diante, nas relações entre Reagan e Thatcher. Desde as primeiras reuniões, quando a narrativa norte-americana apontou para a surpresa da eclosão do conflito, ao discurso de mediação observado na parte final da Guerra, os EUA mantiveram seus olhos e interesses voltados para a sua atuação histórica, onde os EUA não possuíam “aliados” de fato, todavia demonstrou interesses em “parcerias”. Todavia a Grã-Bretanha, em termos mais claros, possuía nos EUA seu mais importante aliado e dados os interesses mútuos no contexto da Guerra Fria e na OTAN, tiveram de fato ações de cooperação muito claras e contundentes. A bibliografia estudada revelou que no mesmo prédio onde funcionou o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Argentinas havia um escritório que representava interesses norte-americanos e enviou informações de satélites sobre o posicionamento da Armada Argentina no teatro de guerra. Informações estas que foram imediatamente repassadas à Grã-Bretanha.

COGGIOLA (2014) indicou que o Reino Unido alegou que os *kelpers*, nome dado aos habitantes das ilhas pelos argentinos, teriam o direito à autodeterminação. Evidentemente havia subvenção estatal e considerável investimento da coroa britânica, dadas as condições efetivas de habitabilidade em que se encontravam e as políticas econômicas voltadas às ilhas, embora não houvesse significativo retorno desses gastos para o continente. Os *kelpers* se denominavam britânicos, embora cidadãos de 2ª classe, sem direito a voto. Terminada a Guerra, Thatcher concedeu equivalência de cidadania britânica aos habitantes, em uma ação propositadamente popular. Os argentinos justificaram que essa foi uma medida arbitrária, pois os atuais habitantes não eram nem mesmo descendentes dos primeiros a habitar as ilhas, e que toda aquela população fora ali artificialmente concentrada pelo interesse imperialista britânico, e que existia um constante êxodo desses colonos em direção a Grã-Bretanha, notadamente de jovens ao alcançarem a idade adulta, para qualificações profissionais e exercício da vida civil na Grã-Bretanha, fato que invalidaria o argumento da autodeterminação dos povos. Desde então, constantes esforços diplomáticos e manifestações em fóruns internacionais foram as formas mais comumente adotadas pelas autoridades e representantes argentinos para reclamarem sua soberania e direito sobre as ilhas.

COGGIOLA (2014) afirmou que Margaret Thatcher enfrentou grande resistência dentro de sua base política. Seu ministro das relações exteriores, Francis Pym, inicialmente não simpatizou com a possibilidade de um conflito pelas ilhas, devido a certo reconhecimento de legitimidade à causa Argentina no tocante a soberania e intenções britânicas anteriores de negociarem a transferência da administração, tanto por seus custos aos cofres britânicos, quanto pela reiterada atuação da ONU na recomendação de uma solução dialogada entre as partes.

2.2 – O PETRÓLEO E OUTROS INTERESSES ECONÔMICOS DA INGLATERRA

Outro elemento pertinente à análise dos interesses que moveram os britânicos esteve na queda da produção de petróleo no mar do Norte, que tornou as Malvinas alvo de especulações sobre o potencial petrolífero que possuiriam em seu mar. As atividades de pesquisa e exploração exercidas pela Inglaterra foram alvos de constantes protestos da Argentina junto à ONU e outros organismos internacionais, onde buscaram apoio para sua causa (BERNAL (2011)).

BERNAL (2011) afirmou que a partir da década de 1970, a Grã-Bretanha aumentou o número de pesquisas nas ilhas, dado o potencial petrolífero existente na região. O autor justificou que essa voracidade britânica encontrou motivações na crise do petróleo e na queda das reservas do mar do Norte. Obviamente, nesse instante houve um considerável resfriamento nas esparsas reuniões para tratar assuntos relacionados à soberania das ilhas, como medida protelatória de seu efetivo cumprimento. O autor considerou em sua análise que após esse resfriamento, houve um período de acentuada deterioração das relações bilaterais, refletida em diversas outras áreas de interesses e negócios entre os dois países. Estudo encomendado por assessoria vinculada ao Pentágono projetou potencial energético compatível com o do mar do Norte.

Coube à diplomacia argentina fazer acusação das intenções imperialistas e dos retrocessos causados pelos britânicos na questão. Todavia esses protestos não geraram comoção na comunidade internacional, mantendo-se apenas as recomendações em curso, sem nenhum tipo de aceleração para o cumprimento das disposições já pacificadas ou alguma moção ou pressão mais efetiva sobre o Reino Unido. Para BERNAL (2011), a partir desse retrocesso, o governo argentino decidiu empreender uma política de firmeza na defesa de seus interesses nacionais. No tocante ao Reino Unido, muito por sua posição de predomínio na ONU, seus instrumentos para manterem sua posição colonial e se negar a aceitar as resoluções baixadas nos organismos internacionais eram marcas de sua atuação. Havia nas negociações britânicas o argumento de que reconhecer a soberania argentina sobre o arquipélago não estava vinculado ao compromisso assumido de descolonizar as ilhas e que outros mecanismos, como reconhecer a independência do território ou formar um território autônomo seriam também saídas possíveis para o embate.

Sobre o poder financeiro do Reino Unido, o autor tem entendimento similar a COGGIOLA (2014), ao fazer referência à quantidade privilegiada de instituições financeiras britânicas que concentraram credores em diversos países. Nesse sentido foi pertinente observar que durante o período do conflito e principalmente após, houve significativo incremento das relações estabelecidas entre instituições bancárias inglesas e o Brasil. A visita do Ministro do Planejamento, Delfim Netto a Londres em 15 de abril de 1982 foi bastante reveladora da intencionalidade brasileira, porque dadas as aproximações com instituições financeiras, nessa ocasião, a diplomacia brasileira envidou esforços para apresentar o país como um excelente pagador e possuidor de

reservas, mantenedor de acordos comerciais e situado em privilegiada situação de estabilidade governamental. Documento de 15 de abril de 1982 para a embaixada em Londres atribuiu ao Brasil virtudes mutuárias no cumprimento de obrigações financeiras e a possibilidade de lucros na expansão dos termos de contratos em vigor, com revisão das taxas a favor dos britânicos.

2.3 – AÇÕES DE INTELIGÊNCIA E CONDUÇÃO DA MÍDIA NA GRÃ-BRETANHA

No incidente de Port Leigh, a Embaixada brasileira em Londres informou ao MRE que o episódio serviu a grupos de naturezas distintas, mas que, no entanto, possuíam em comum a intenção de instrumentalizar a questão contra Thatcher. Todavia o mesmo documento informa que estavam em andamento ações conjuntas de conservadores e trabalhistas no parlamento, em uma conjunção de forças contra a política de cortes orçamentários na pasta da Marinha, e que a oposição trabalhista estava dividindo a bancada conservadora para embaraçar o governo. O documento define que essa ação no parlamento conseguira o cancelamento da venda do HMS “Endurance”, navio de Guerra posteriormente utilizado na campanha.

As ações políticas da Argentina no âmbito internacional eram monitoradas pela Grã-Bretanha, e a Embaixada em Londres reportou, em telegrama de 24 de abril que os meios de comunicação britânicos especularam sobre o impacto da reunião de consulta da OEA, em que a Argentina buscou lograr êxito no sentido de conseguir adesões e apoios pós-invasão. Informou o telegrama que a Argentina não poderia contar com o respaldo às suas posições, especulando que não conseguiria e projetando a quantidade de votos necessários na reunião. No mesmo documento, ao tratar das impressões sobre as Forças Armadas do Continente, e em especial sobre as Marinhas, existe referência à Marinha Brasileira como a mais relevante na parte Sul do continente, assegurando que não existia qualquer hipótese de envolvimento militar brasileiro.

Considerando os meios de comunicação como fundamentais na formação do senso comum e da opinião pública, alcançamos da leitura e estudo das fontes primárias que em diversas ocasiões veículos como a rede de televisão BBC, correspondentes do The New York Times em Londres e outros jornais britânicos, no parecer da embaixada brasileira, possuíam a clara intenção de mostrar que não havia o tom de preocupação de um conflito. O entendimento da Embaixada em Londres sinalizou que tais veículos

buscaram dar cobertura aos fatos com reduzida importância para fortalecer o ideal do governo. Diante de uma interferência clandestina nas transmissões da emissora de televisão londrina BBC para a Argentina, houve o acionamento da Embaixada Brasileira em Londres, por parte das autoridades Britânicas, para a retransmissão ao governo argentino de protesto pela ação, que estaria em contravenção a artigo constante da Convenção da União internacional de Telecomunicações (MSG OF00574Z de 04/05/1982).

3. O DESFECHO DO CONFLITO. O BRASIL E SUA ATUAÇÃO NO CAMPO DIPLOMÁTICO

O trabalho diplomático exercido pela chancelaria brasileira durante todo o recorte proposto, por meio da análise das fontes e bibliografia, evidenciou a diversidade de áreas de interesse daquela pasta. Economia, cultura, geopolítica, estratégia e observações fizeram parte do trabalho de observação e doutrina ali exercidos. A viabilidade das opiniões e posicionamentos, tal como a viabilidade das suposições aventadas demonstraram a seriedade que elevaram o Itamaraty ao patamar de órgão fundamental para as políticas externa e relações internacionais.

3.1 O PENSAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO ACERCA DAS PARTES ENVOLVIDAS NO CONFLITO

As relações entre países constituem um campo estratégico de política externa. Sua importância vem da abrangência que possui, visto que de suas ações serão influenciados campos políticos, econômicos, sociais, culturais e militares. A atividade diplomática neste trabalho se revelou de grande intensidade, reveladora dos esforços brasileiros em conhecer ao máximo as informações dos países com os quais se relacionou.

Em setembro de 1980 ao traçar um panorama das relações bilaterais com os EUA, documento do MRE enfatizou:

As relações entre o Brasil e os EUA são tradicionais e de amizade. Têm hoje alta intensidade e dinamismo nos mais variados campos. O grau de penetração...é naturalmente expressivo, dada a diferença do potencial e da difusão e irradiação políticas dos dois países. Essa situação não cria, de forma nenhuma, um relacionamento especial ou privilegiado (...). Exige, ao contrário, em função de sua complexidade, cuidado e atenção para que as regras de respeito mútuo e não-intervenção prevaleçam sempre ... Participamos do Ocidente sem aceitar imposições de nações-líderes, inclusive porque o feitiço democrático e pluralista, que é essencial à caracterização dos valores ocidentais, exige a mesma democracia e o mesmo pluralismo no nível do sistema internacional. É claro também que, em situações de crise aguda e generalizada, a tendência será retomar os feitiços do comportamento em bloco, o que, é claro, diminui as opções diplomáticas do Brasil e não deve ser desejado. (Informe nº 111 de 17 de setembro de 1980)

A diplomacia brasileira considerou a relação bilateral com a Argentina em crescente aproximação. Desde a superação do uso hidrelétrico da Bacia do Prata, houve a viabilização do acordo de Itaipu, perpassando as visitas diplomáticas dos presidentes,

selando as aproximações e acordos em andamento, e firmando-se os tratados de cooperação nuclear. Essa aproximação trazia desconforto ao Brasil em um possível pensamento internacional de alinhamento automático com a Argentina pela questão das Malvinas. Diante do que seria um risco óbvio de um isolamento continental, dada a antiga percepção dos vizinhos latino-americanos de ser o Brasil um país potencialmente imperialista, houve o imediato reconhecimento do pleito argentino pela abordagem histórica do conflito, em oposição ao conflito armado e as hostilidades, para tornar claro o posicionamento brasileiro. Esse posicionamento transmitiu a tranquilidade para a diplomacia e o governo brasileiro trabalharem as questões internas e externas que se fizeram necessárias.

Sobre o incidente em Port Leigh em fevereiro de 1982, telegramas de 02 de abril consideraram a elevação da tensão na área em função do desembarque de efetivos das três armas em Port Stanley, e que massiva propaganda estava sendo televisionada em tom vitorioso, evocando a retomada argentina sobre o arquipélago. A notícia de um pronunciamento em cadeia nacional de Galtieri e a prontificação do Gabinete Ministerial, segundo o relato, possuíram o claro intuito de forjar a opinião pública em sentido favorável ao regime militar. O crescente tom de sensacionalismo e euforia foi seguido de uma forte mobilização da opinião pública argentina. Diversas personalidades e representantes de vários setores aderiram à campanha orquestrada pelo governo. Para o representante da Embaixada em Buenos Aires, houve a intenção de demonstrar uma imagem de coesão interna para conceder respaldo no tratamento futuro da questão. A tônica da propaganda foi de mobilização e expectativa.

Outro ponto sugestivo dessa elevação de tensões esteve dimensionado nos documentos examinados sobre o incidente em Port Leigh. Diante da resistência inglesa em nome de sua jurisdição e autoridade, as fontes ressaltaram que os argentinos consideraram as condições em que seus trabalhadores foram mantidos no episódio como ofensivas. A indignação argentina residiu no fato de que em diversas oportunidades as questões sobre a soberania das ilhas foram levadas para o âmbito do TIAR e do Conselho da OEA, sem aplicação efetiva das orientações normativas desses instrumentos internacionais. Os argentinos enfocaram a luta histórica pelas ilhas.

Outros documentos revelaram que havia a suspeição de que a Argentina poderia envidar esforços militares para forçar uma solução rápida para o impasse da soberania, assim como também informaram que a Inglaterra, mesmo que conhecesse a

movimentação das tropas argentinas, acreditou que uma ação mais efetiva estava fora dos planos iniciais da ditadura militar.

Diante do conflito instalado, a embaixada brasileira em Buenos Aires reportou que dispunha de informações que asseguravam que a Junta Militar Argentina manteria incontestado seu posicionamento de não ceder em sua intenção, a fim de garantir a posse das ilhas da forma que estava em andamento. A diplomacia brasileira compreendeu a impossibilidade de flexibilizar os termos argentinos.

Telegrama de 03 de março informou a insatisfação de autoridades argentinas diante de mais uma reunião com autoridades britânicas para a resolução do impasse da soberania das ilhas segundo orientação normativa da ONU.

A Argentina ... se reservaria significativamente o direito de utilizar outros procedimentos, se não forem obtidos progressos nas tratativas com a Grã-Bretanha. Nesse sentido a estratégia deste governo constitui uma verdadeira ofensiva destinada a obter o reconhecimento definitivo de sua soberania sobre o arquipélago, havendo versões de que se cogitaria até mesmo do recurso extremo a uma ação militar para recuperar a posse das ilhas. (MSG OF 00306ª DAM I/DE I).

Em 26 de março, a embaixada reportou a iniciativa do governo em atuar na área de propaganda. Durante uma partida de futebol entre a seleção da Argentina e a da Alemanha Oriental, havia estampado constantemente no placar eletrônico a frase “*Malvinas Argentinas*”. A explicação dada pelas autoridades argentinas às da chancelaria britânica na Argentina era sustentada nas afirmações de que aquele ato decorria do clamor do povo por conta do incidente de Port Leigh. A forma como o governo argentino buscou influenciar as pessoas seguiu em sentido contrário ao das negociações. Mas a estratégia surtiu apenas parte dos efeitos desejados. Não houve adesão maciça dos partidos políticos, nem dos sindicatos, nem da CGT, a despeito das propagandas que veicularam um grande mover nacionalista.

as próprias autoridades argentinas parecem propositadamente interessadas em difundir perante a opinião pública, no tocante a possíveis desdobramentos perigosos do conflito, há indicações de que a atitude oficial continuaria comprometida em procurar esgotar todas as instâncias diplomáticas para uma solução negociada (...) o governo argentino não deixa de utilizar meios de pressão capazes de colocá-lo em posição de vantagem, dessa ótica, interessaria naturalmente a Argentina magnificar a gravidade da crise até um ponto que pudesse tornar insustentável a eventual falta de flexibilidade na postura britânica" (Telegrama nº 659, classificação 900.2 (F27) (B22), MSG OF 00644B de 26 de março e MSG OF006592 de 29 de março).

3.2 A ATUAÇÃO APÓS O INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Após o início da Guerra das Malvinas, a diplomacia brasileira se propôs a analisar as conjunturas e a apontar a solução do conflito pela negociação, exercendo papel destacado, em função de suas excelentes relações mantidas com as partes conflitantes. Mesmo sem o alcance e a influência desejada na condução das ações no campo diplomático, existiu clareza na posição brasileira. O Brasil apoiou a causa histórica da luta argentina pela soberania das ilhas ao mesmo tempo em que se opôs ao conflito armado. A sustentação do pensamento e estratégica da diplomacia brasileira invocaram tratados importantes como o TIAR e a resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU, que determinou a cessação imediata das hostilidades.

A embaixada brasileira em Buenos Aires reportou em diversos informes e telegramas a dinâmica que o regime militar impôs como formas de controlar a mídia e a imposição de um ambiente que retratava para a opinião pública que a situação estava pacificada, ao mesmo tempo em que exibiu indícios de que possuiria articulação e condição para delongar o conflito por quanto tempo fosse necessário. Em informe de 7 de abril, a embaixada reproduziu trechos de um noticiário local onde foram dadas amplas repercussões aos contratos firmados com empresas soviéticas sobre suprimentos de radioisótopos e enriquecimento de urânio, em regime de parceria com projeções de ampliação futura, incluindo declarações do alto comando da Marinha para o incremento do intercâmbio comercial Argentina – URSS, em matéria de energia nuclear. Obviamente, a informação desse tema passou pela sensibilidade da matéria em si e por ser o Brasil também um interessado, devido aos entendimentos e acordos em curso com a Argentina.

Sobre o movimento sindical argentino e sua atuação, a embaixada brasileira adotou tom comedido em mencionar as declarações das lideranças.

A confederação geral do trabalho divulgou ontem documento sobre a ocupação das Malvinas, expressando o apoio a reivindicação da soberania territorial, entretanto, esclareceu significativamente que a reconquista das Malvinas em nada modifica os graves problemas internos que nos comovem". Ainda no mesmo documento, o representante brasileiro acrescenta que "a atitude da CGT bem tipifica o comportamento das legendas oposicionistas e do sindicalismo, congratulando-se com a administração Galtieri quanto a ocupação das Malvinas, sem, contudo, abandonar suas posturas críticas quanto a situação política e econômica do país. Sem dúvida, o episódio das Malvinas permitiu ao governo, que já se encontrava em processo de precoce envelhecimento, ganhar manifestações inevitáveis de apoio, por uma ação tendente naturalmente a galvanizar a opinião pública e fazê-la cerrar fileiras em torno de uma iniciativa "patriótica" (...) Não passou despercebida a possibilidade de o regime ter tomado a ousada iniciativa

militar como meio de evitar a falência do que se acreditava seria o último governo do processo de reorganização nacional. (Telegrama urgente nº 757 de 07 de abril, classificação 900(B24)(F27))

No outro lado da disputa, o Brasil vinha de aproximações e visitas ao Reino Unido por renegociações de sua dívida e contratação de novos empréstimos junto a instituições financeiras britânicas. Informe da Embaixada em Londres, de 29 de abril menciona que considerando as reuniões de consulta aos Órgãos Internacionais e o TIAR e considerando o posicionamento do Brasil por seus interesses e negócios em andamento

O Brasil, apesar das simpatias militares pela Argentina, teria a questão de sua dívida externa e não desejaria ter problemas com a comunidade financeira internacional. (Informe nº 526, classificação 900.2 (F27) (B22).

Com o desenrolar dos combates, após 74 dias de conflito, 907 pessoas haviam morrido, 652 argentinos e 255 britânicos (COGGIOLA (2014), 2014 : 9). Se para os argentinos o saldo foi a revelação de que a alcançável vitória não passou de manipulação da propaganda oficial, para o Reino Unido foi a possibilidade de levantar a popularidade do Partido Conservador e instrumentalizar a reeleição de Thatcher como protagonista da superação da desconfiança quanto às duras políticas sociais e à longa guerra contra os sindicatos, demonstrando ter competência para liderar uma nação diante das dificuldades.

3.3 – O PÓS-GUERRA E AS ELEIÇÕES DE 1983

O guia de campanha do partido conservador para as eleições gerais de 1983 foi amplamente trabalhado para mostrar um governo ágil ao reconhecer o curto período de tempo para a mobilização da força tarefa a operar a quinze mil quilômetros de sua base. Relembrou que a parceria histórica com a OTAN e com os Estados Unidos, fruto de uma caminhada de vitórias deveria ser mantida. Na propaganda eleitoral a campanha foi citada como “notável, corajosamente planejada, corajosamente executada e brilhantemente realizada”, evocando uma dívida nacional a ser sanada em uma próxima administração. Nesse sentido é importante destacar a contratação de uma agência de publicidade para o gerenciamento da campanha eleitoral de 1983, fato novo na história das campanhas eleitorais britânicas.

O mesmo programa eleitoral relevou a participação da oposição como reconhecedora da determinação conservadora em restaurar a administração britânica

para as ilhas. Certo é que as fontes primárias registraram um início de guerra em que conservadores e trabalhistas duelavam nos embates do parlamento, seguido de um período onde houve a harmonização dos discursos, abolindo-se termos dúbios e expressões que trouxessem dúvidas sobre a ação britânica. Os discursos de acusação de uma solução militar onerosa econômica e nacionalmente foram escasseando até desaparecerem dos relatos diplomáticos. Os documentos e a bibliografia analisada ressaltaram que nesse embate tanto liberais quanto trabalhistas perderam unidade e força frente a um discurso conservador, que foi capaz de absorver simpatia de uma grande parte da opinião popular e pública.

CONCLUSÃO

ARENDT (1989), ao diferenciar sistemas multipartidários de bi-partidários, fez a seguinte consideração sobre o modelo inglês.

O sistema britânico, por outro lado, permite a escolha dos homens mais capazes dentre os vastos escalões de um só partido (...), todavia, (...) a principal diferença entre um partido anglo-saxônico e um partido continental é que o primeiro é uma organização política de cidadãos que precisam agir em conjunto para poderem agir com eficácia, enquanto o segundo é a organização de indivíduos privados que querem proteger os seus interesses contra a interferência dos negócios públicos. (ARENDT, 1989)

Equivaleria dizer que no caso argentino, considerando a discreta atuação política em razão do fechamento do parlamento, assim como a repressão e o domínio do regime militar e o enfraquecimento dos partidos concederam elementos que possibilitaram o alcance de interesses privados de grupos que consolidaram a hegemonia na direção do regime militar e no uso que este fez do poder, enquanto que os partidos anglo-saxônicos responderam a interesses nacionais e públicos, percebidos por estes como princípios, ainda que esses princípios estivessem inseridos em uma lógica expansionista e imperialista. Diante de uma emergência nacional, o despertar de um sentimento nacionalista foi melhor instrumentalizado em uma contingência como a inglesa, onde a percepção de nacionalismo esteve bem alicerçada em sua longa trajetória de imperialismo e domínio.

A atuação da diplomacia brasileira se pautou por buscar a uniformidade dos discursos e posicionamentos. Inferimos do estudo de diversos informes e telegramas que a dinâmica das comunicações se pautou pelo respaldo oficial nas declarações e posicionamentos formais do Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva

Guerreiro, que teve atuação destacada nas audiências, esclarecimentos e convocações onde teve participação. Explicações sobre o pouso de uma aeronave britânica Avro Vulcan na Base Aérea do Galeão, vendas de aviões e armamentos para a Argentina, possíveis influências da URSS, a troca de correspondências entre os presidentes do Brasil e dos EUA e seu entendimento em questões sensíveis, todos esses acontecimentos possuíam potencial para criar incidentes diplomáticos ou agravar ainda mais a guerra em si. Não houve dúvidas neste trabalho de que a atuação da diplomacia brasileira arrefeceu os ânimos das partes envolvidas, assim como reafirmou o posicionamento do Brasil em um contexto regional e mesmo mundial. A intermediação dos interesses argentinos recebidos na embaixada brasileira em Londres e a manutenção do cordial relacionamento com ambos os países, dados os negócios, acordos e parcerias em andamento, foi marca da competência diplomática brasileira. Ou mais tarde, conforme as próprias palavras de Saraiva Guerreiro, uma diplomacia "de resultados".

A atividade de inteligência esteve sempre subsidiando o pensamento diplomático brasileiro. Em diversos momentos as embaixadas trocaram informações relevantes que se mostraram determinantes na tomada de decisões. O acompanhamento sistemático do pensamento político dos países em função de suas ações empreendidas era reportado tempestivamente aos eventos relevantes. Documentos do MRE datados de agosto de 1980, trouxeram informações panorâmicas sobre relações internacionais. Sobre as relações Norte-Sul, a diplomacia brasileira considerou “um erro grave e indesejável” a atitude desengajada de países desenvolvidos em relação às demandas dos países do sul. O informe considerou a assistência prestada por países do norte motivada política ou estrategicamente, o que concedia potencialmente espaços para investidas socialistas.

Nessa matéria, percebe-se que as dinâmicas da atuação da diplomacia brasileira no período da Guerra das Malvinas, junto aos setores envolvidos, estiveram bastante alinhadas àquelas identificadas com sua atuação histórica. Porquanto tenha reconhecido o direito de disputa da soberania das Malvinas pela Argentina ao mesmo tempo em que rechaçava as hostilidades e concitava as partes a buscarem a solução negociada pela via diplomática, persistiu a busca da mediação sem protagonismo, embora o Brasil jamais tivesse se colocado como tal, como se pode observar a partir do exame das fontes e da bibliografia. As fontes revelaram que o Brasil rechaçou ser considerado um membro periférico da comunidade Ocidental, mas defendeu que os processos de tomada de

decisão devessem ser ampliados para uma participação mais representativa. Seus valores prezaram soberania igualitária, pluralismo, respeito mútuo e não-intervenção.

A partir do exame da documentação diplomática do Ministério das Relações Exteriores e suas embaixadas, consideramos que a difusão de conhecimento e a padronização do entendimento demonstraram ser a tônica das informações. “A Guerra é a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ). Considerando o célebre pensamento associativo entre guerra e política, mas buscando uma abordagem que contemple a importância do contexto político na ação diplomática, verificamos que dentro do recorte temporal proposto, tendo por base as fontes primárias, não houve evidência clara de um uso premeditado do conflito nas Malvinas da parte do Reino Unido ou mesmo de Margareth Thatcher como parte de uma estratégia eleitoral visando a campanha de 1983. No entanto, a chancelaria brasileira manteve intensa atividade para fazer projeções e subsidiar o trabalho de inteligência, tão caro a esta pasta. O conhecimento tácito de que a invasão das ilhas era questão de meses ou dias ficou evidente nas correspondências tramitadas a partir de fevereiro de 1982. Nas fontes primárias observamos que a atividade da oposição trabalhista no parlamento britânico inicialmente se articulou sinalizando que o debate invariavelmente buscaria enfraquecer o governo de Thatcher. Demonstraram que houve acertos nas ações de inteligência da diplomacia brasileira ao observar e pontuar articulações no parlamento em torno da consolidação de Michael Foot – posteriormente derrotado nas eleições de 1983 – como liderança da oposição, assim como acertou também nas conjecturas sobre a presença de um pequeno, mas significativo grupo de liberais associados com trabalhistas insatisfeitos com o tom ameno dos confrontos políticos. Dessa associação houve o surgimento da Aliança, grupo político de oposição a Thatcher. Convém apontar que alguns membros da Aliança, ao término da Guerra das Malvinas fundaram o partido socialdemocrata. A percepção que a diplomacia brasileira teve desses atores foi confirmada pelo exame da bibliografia, demonstrando a exatidão de muitas projeções informadas.

A campanha de 1983 foi amplamente trabalhada sob o pano de fundo do “sucesso” da campanha das Malvinas. O tema foi exaustivamente abordado no guia de campanha conservador, interrelacionando-o à economia, orçamento, defesa, tecnologia, integração com a OTAN, sucesso de planejamento e operação, sinônimo de confiabilidade nas instituições e até reconhecimento da oposição aos esforços dos

conservadores, remetendo à campanha e audiência a continuidade do governo de Thatcher como imprescindível para as aspirações políticas do país.

Por falta de articulação política das esquerdas e pelas regras do sistema britânico, mesmo com um número universal de votos menor, Thatcher conseguiu se reeleger e aumentou em relação às eleições de 1979 a base conservadora no parlamento.

A análise proposta neste trabalho buscou apresentar quais elementos nortearam as ações da diplomacia brasileira durante a Guerra das Malvinas, de forma que evidenciou que o Brasil apoiou a causa histórica de luta da Argentina pela soberania do arquipélago, no entanto, se opôs ao conflito armado, reiterando que mantinha relações com ambos os países e que sem exercer protagonismo, desempenhou papel de destaque. Inexistiu tanto na bibliografia quanto nas fontes, uma ideia pré-concebida de uso da guerra como instrumento político para as eleições de 1983. Buscou-se salientar que continuidades e rupturas foram determinadas em muito pelas conjunturas políticas do período. No entanto, mesmo que a Guerra das Malvinas tenha elevado a tensão na região, o Brasil portou-se de maneira condizente com sua atuação histórica, sem se desviar da busca de seus interesses.

FONTES PRIMÁRIAS

TELEGRAMAS, AVISOS E COMUNICAÇÕES DIPLOMÁTICAS. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 1980 e 1982.

Arquivo Saraiva Guerreiro

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 01 de abril de 1982, MSG OF nº 294A.

Telegrama enviado da Embaixada de Londres para o Ministério das Relações Exteriores em 02 de abril de 1982, MSG OF nº 306A.

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 05 de abril de 1982, MSG OF nº 326Z.

Arquivo de Pareceres do ano de 1980

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 07 de abril de 1982, MSG OF nº 359Z.

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 15 de abril de 1982, MSG OF nº 425A.

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 23 de abril de 1982, MSG OF nº 476Z.

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 23 de abril de 1982, MSG OF nº 477A.

Telegrama enviado pela embaixada brasileira em Londres ao Ministério das Relações Exteriores em 29 de abril de 1982, MSG OF nº 527Z.

Telegrama enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à embaixada brasileira em Washington, no dia 25 de maio de 1982.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. (1982) Telegrama Secreto urgentíssimo à Embaixada do Brasil em Washington, 20 de maio de 1982.

Doc. nº 77, de 26 de agosto 1980, do Ministério das Relações.

Doc. nº 78, de 11 de setembro 1980, do Ministério das Relações Exteriores.

Doc. nº 82, de 15 de setembro 1980, do Ministério das Relações Exteriores.

Doc. nº 85, de 26 de agosto 1980, do Ministério das Relações Exteriores.

Doc. nº 110, de 11 de setembro 1980, do Ministério das Relações Exteriores.

Doc. nº 111 de 15 de setembro 1980, do Ministério das Relações Exteriores.

THE CAMPAIGN GUIDE, Peter Cropper, Conservative Party, 1983, acessado em 13 de novembro de 2017.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, 1947.

Resolução nº 502 do Conselho de segurança da Organização para as Nações Unidas, 1982.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Cícero; AMADEO, Javier (org). *Teoria política latino-americana*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2009.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*; tradução Roberto Raposo. Cia das Letras, 1989.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*: breve historia. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996, 5ª edição.

BORÓN, Atilio A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2013, 3ª ed.

BERNAL, Frederico. *Malvinas y Petróleo: una história de piratas*. 1ª ed., Buenos Aires, Capital Intelectual, 2011.

CARDOSO, Oscar Raúl; KIRSCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOY, Eduardo. *Malvinas: la trama secreta*. Buenos Aires: editorial Planeta Argentina, 1983 2ª ed.

CARNEIRO, David. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília, UnB, 1983.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina*: de 1930 aos nossos dias. São Paulo: Saraiva; Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2013, 3ª ed.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Outra Guerra do Fim do Mundo: A Batalha pelas Malvinas e A América do Sul*. Cotia, SP. 2014.

CROSS, William; BLAIS, André. *Who selects the party leader? Party Politics*, London, 2012.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*, 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1896.

FERNANDEZ, Cristina et al. *La comunidad internacional y la Cuestión Malvinas*. 1ª ed. Buenos Aires, 2014.

FORN, Juan et al. *La guerra de Malvinas, Argentina 1982*. 1ª ed. Buenos Aires. Biblos, 2007.

GRAHAM-YOOLL, Andrew. *Buenos Aires, otoño 1982: la guerra de Malvinas según las crónicas de un corresponsal inglés*. 1ª ed. Buenos Aires, Marea, 2007.

GUGLIALMELLI, Juan E. *Estrategia no. 71-72*. Buenos Aires. Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales, 1982.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage, 1994.

LORENZ, Frederico. *Las guerras por Malvinas*. 1ª ed. Buenos Aires. Edhasa, 2006.

MENÉNDEZ, Maria Isabel. *La “comunidad imaginada” en la guerra de Malvinas*. 1ª ed. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires, 1998.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *A América do Sul e a integração regional*. Brasília: Funag, 2012. (disponível em www.funag.gov.br). Acesso em 01 de julho de 2017

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAMUELS, David; SHUGART, Matthew. *Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior*. Cambridge: CUP, 2010.

SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SEYD, Patrick. *New Parties/New Politics?: A case study of the British Labour Party. Party Politics*, London, 1999

THATCHER, Margaret. *Os anos de Downing Street*. Londres. Bertrand Editora, 1994.

THATCHER, Margaret. *Memoir of the Falklands war*. Margaret Tatcher Foundation, London, 2015

WEST, Nigel. *The secret war for the Falklands: The Sas, M16, and the war Whitehall nearly lost*. 1ª ed. London, Sphere, 2007